



IGEPP

Instituto de Gestão
Economia e Políticas Públicas

Ciência Política → grande polêmica: “como se distribui o poder político?”

Questões:

**o poder é concentrado ou disperso?
quem tem mais e quem tem menos poder?
quem tem poder sobre quem?
qual é a origem do poder?
o que é que o poder expressa?
como a distribuição do poder afeta as decisões públicas?**

CP → Três modelos de distribuição do poder

1-Pluralismo→ no ponto de partida de qualquer processo político, os atores não são iguais, mas são equivalentes: não há privilégios nem assimetrias que garantam que qualquer interesse seja vitorioso enquanto não se concluir o jogo político e quaisquer atores têm chances reais de obter a decisão que lhes for mais favorável.

→ O Estado é considerado neutro.

→ Os indivíduos se organizam em grupos, que agregam os diferentes interesses (que não são monolíticos, nem cristalizados).

→ O poder político é amplamente fragmentado entre muitos e diferentes indivíduos e grupos, já que os recursos de poder são muito variados e a habilidade no seu uso é decisiva para o resultado da disputa política.

→ O resultado do processo decisório depende da capacidade e da disposição de cada ator para competir, articular seus recursos de poder e identificar suas alianças de ocasião (baseadas em interesses tangenciais – que se aproximam discretamente)

As decisões políticas sinalizam não somente conflitos de poder. → resultam da combinação dinâmica de diversos tipos de interação, sendo fruto da competição, da cooperação e do conflito entre grupos distintos.

As decisões políticas materializariam o ponto de equilíbrio alcançado, em cada momento específico, nas interações entre os grupos.

2-Elitismo: sustenta que os resultados do jogo político são previamente definidos no horizonte dos interesses das elites que controlam os recursos organizacionais da sociedade.

As decisões políticas são produto das preferências e valores impostos pelas elites dirigentes (governamentais e sociais) que filtrariam as demandas, apenas admitindo debater e decidir sobre questões que não representem ameaças aos seus interesses.

As interações envolvem a **competição entre as elites e a cooptação das lideranças das massas**, a fim de acomodar o potencial conflito.

Na competição pelo controle de recursos de poder, eventualmente, certas elites podem procurar conquistar o apoio da massa que, nesse caso, passa a influir, em certa medida, no processo político.

Argumentos do debate pluralismo versus elitismo

1) a concepção pluralista não prevê a possibilidade de haver um **falso consenso** e não consegue distinguir interesses “subjetivos”, “não manifestos” de interesses “objetivos”, “reais” ou “expressos”.

Lukes → um grupo dominante é capaz de criar e manter um falso consenso, modelando as preferências dos indivíduos a fim de impedir não somente a manifestação dos conflitos abertos, como também dos conflitos encobertos. Assim, “a forma mais efetiva e insidiosa de uso do poder é impedir (...) que o conflito surja”

Os **conflitos permaneceriam “latentes”**: os dominados nem sequer perceberiam a contradição entre os seus interesses e os interesses dominantes.

O processo de socialização, a educação e a mídia podem influenciar a manifestação das preferências e ocultar os “interesses reais” das pessoas.

A **ausência de contestação política não significa que há um consenso genuíno**, mas apenas que não foi considerada a possibilidade de um consenso falso ou manipulado.

Saunders → mais que a manipulação, são os **mecanismos ideológicos** que influenciam as leituras que os indivíduos fazem do mundo e servem para manter e transmitir sistemas de valores e crenças.

→ Embora os mecanismos ideológicos possam expressar a dominação exercida por grupos específicos, as ideologias dominantes espelham, em certa medida, experiências de vida comuns a todas as pessoas de uma comunidade e possuem significado para os indivíduos exatamente porque são construídas sobre os fundamentos comuns da vida coletiva. Por isso a ideologia é uma força tão poderosa.

Peter Bachrach & Morton Baratz) → Existiriam “duas faces do poder”: a primeira é da decisão, que opera no nível dos conflitos de interesse declarados sobre questões-chave; A segunda é da não-decisão, que atua de modo a evitar a incorporação, ao debate político, das questões mais intensamente conflituosas.

“Teoria da não-decisão” (Peter Bachrach & Morton Baratz), segundo a qual o estudo do poder não poderia se limitar ao exame das decisões efetivamente tomadas, mas teria que contemplar principalmente, a análise das questões que não chegavam à agenda pública e eram “impedidas” de serem decididas.

“O poder também é exercido quando A devota suas energias a criar ou reforçar valores sociais e políticos e práticas institucionais que restringem o alcance do processo político à consideração pública de questões que, comparativamente, são inócuas para A”.

O maior poder consistiria, então, em (...) *“limitar o alcance real da tomada de decisões a questões ‘seguras’ através da manipulação das instituições e procedimentos políticos e dos valores e mitos predominantes na comunidade”.*

Elmer Eric Schattschneider já tinha cunhado o termo “*mobilization of bias*” (“**mobilização do viés**” ou “**mobilização da opinião**”) para descrever os meios pelos quais o processo decisório ficava restrito ao tratamento das questões tidas como “seguras”, ou seja, que não ameaçassem os interesses dominantes.

A não-decisão é o que faz com que valores, regras do jogo, relações de poder entre grupos de atores e instrumentos de força, separados ou combinados, impeçam que demandas indesejáveis para os que controlam o poder se expressem e sejam reconhecidos como problemas políticos.

Não-decisão não significa um impasse decisório, nem a ausência de decisão substantiva sobre um assunto.

Não-decisão significa que certas questões nem chegam a ser reconhecidas como problemas políticos e sequer figuram na agenda decisória dos governos, permanecendo em estado de latência, graças à mobilização do viés (“bias”).

Daí se tem que a decisão política, mesmo quando expressa a neutralidade alegada pelos pluralistas, nunca é realmente neutra, pois age em favor da manutenção do *status quo*, não fomentando a realocação de valores na sociedade.

Uma das mais importantes implicações teoria da não-decisão foi evidenciar que a distribuição do poder é menos equilibrada do que os pluralistas pretendiam.

Meios de mobilização do viés:

- (a) o **uso da força física** (por exemplo: o amedrontamento, por parte dos brancos, dos funcionários incumbidos de fiscalizar a observância dos direitos civis no sul dos Estados Unidos);
- (b) o uso do poder para **impedir o surgimento** de questões (por exemplo: a cooptação de certos atores);
- (c) a invocação de **regras ou procedimentos** para desviar contestações indesejáveis (por exemplo: o encaminhamento de questões a comissões para estudo mais detalhado; a rotulação de demandas como “impatrióticas”, “golpistas” ou “imorais”);
- (d) a **reformulação de regras e procedimentos** a fim de bloquear reivindicações;
- e
- (e) o exercício do poder mediante **reações antecipadas** de alguns atores ao comportamento de outros (por exemplo: quando um grupo social não consegue se mobilizar porque antecipadamente espera uma resposta desfavorável dos tomadores de decisões, e quando os tomadores de decisões optam não agir por saberem que terão que enfrentar a oposição dos atores políticos mais importantes)

Marxismo → é uma concepção de caráter estrutural, ou seja: focaliza totalidades (estruturas), nas quais as variáveis econômicas predominam sobre as demais.

Sustenta que existem interesses objetivamente estabelecidos a partir da situação de classe social dos indivíduos, ou seja, do ponto em que se situam na estrutura da propriedade privada.

O poder político é visto como poder de classe, decorrente do controle, por uma classe, dos meios de produção econômica.

A dinâmica do processo político resulta interações que expressam o conflito entre o capital e o trabalho, ou seja, o conflito de interesses de classe.

O Estado seria ou um instrumento de realização dos interesses da classe dominante ou agiria, com certo grau de autonomia, para preservar o capitalismo, do qual dependeria para continuar a existir como Estado.

Os resultados da política seriam limitados às alternativas que não ameaçam o projeto hegemônico da classe economicamente dominante.

(ESAF/CGU/2012/AFC-Área geral) – Q. 6 - Uma perspectiva crítica sobre o funcionamento das democracias liberais surgiu ao final do século XIX na Alemanha e na Itália e se fundamentou na constatação de que, nas sociedades modernas, o poder se concentrava nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto a grande massa era incapaz de influenciar as decisões sobre políticas públicas. Para os adeptos dessa perspectiva, a concentração de poder era uma característica comum a todos os sistemas políticos, independente da sua orientação ideológica. Considerando as ideias da chamada Teoria das Elites apresentadas de forma sintética no texto acima, assinale a **afirmativa correta sobre as teses elitistas.**

a) Foram submetidas a diversos testes e há hoje evidência que aponta para existência de distribuição assimétrica de poder nas decisões sobre políticas públicas em muitas das democracias contemporâneas.

b) Para seus seguidores, os partidos políticos exercem o poder compensatório, reduzindo a influência da classe dirigente nas decisões de políticas públicas.

- c) A competição entre grupos de interesse ocupa papel central nas explicações elitistas sobre o desempenho das economias contemporâneas.
- d) Em países onde a classe dirigente é pequena e com interesses econômicos bem definidos, é maior a possibilidade de ocorrência de conflitos internos com possibilidade de resultar em paralisia decisória.
- e) A aplicação das teses elitistas nos países da América Latina sofre diversas restrições, especialmente pela valorização excessiva do papel exercido pela classe empresarial, desconsiderando a importância da burocracia e dos militares nas decisões sobre políticas públicas.



IGEPP

Instituto de Gestão
Economia e Políticas Públicas
